



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

**Registro: 2012.0000490685**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0162600-51.2012.8.26.0000, da Comarca de Presidente Venceslau, em que , é investigado JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA).

ACORDAM, em 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "homologaram a determinação de arquivamento, com a ressalva acima. v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores VICO MAÑAS (Presidente sem voto), BRENO GUIMARÃES E PAULO ROSSI.

São Paulo, 19 de setembro de 2012.

João Morenghi  
RELATOR  
Assinatura Eletrônica

Inquérito Policial nº 0162600-51.2012.8.26.0000

Comarca de Presidente Venceslau

Investigado: José Monteiro da Rocha (Prefeito Municipal de Marabá Ptª)

Voto nº 21.786

**PREFEITO MUNICIPAL.** Decisão judicial determinado pagamento de dívida. Quitação do ofício requisitório com atraso. Precária situação econômica da prefeitura como justificativa para o atraso. Má fé ou dolo. Prova. Ausência. Tipo penal. Configuração. Impossibilidade. Inteligência do art. 1º, XIV, do Dec.-lei nº 201, de 1967.

- O fato de ter o alcaide quitado, ainda que com considerável atraso, ofício requisitório exarado nos autos de processo judicial, oferecendo como justificativa para o atraso a precária situação econômica da prefeitura, ainda que configure conduta irregular e passível de censura, à míngua de qualquer outro elemento de prova que evidenciasse a má fé, afastado fica o dolo e, consequentemente, o tipo penal a ele atribuído, que seria infração ao art. 1º, XIV, do Dec.-lei nº 201, de 1967.

**INQUÉRITO POLICIAL.** Prefeito municipal. Má fé ou dolo. Prova. Ausência. Tipo penal. Configuração. Impossibilidade. Arquivamento pleiteado pela Procuradoria Geral de Justiça. Homologação. Ressalva de praxe. Necessidade.

- Em ausentes indícios de dolo ou má fé, e punível a infração somente a título de dolo, de rigor a homologação do pedido de arquivamento feito pela Procuradoria Geral de Justiça, com a ressalva de praxe, qual seja, em surgindo novos elementos de prova, passível de reabertura este inquérito policial.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado pela Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Venceslau, para investigar José Monteiro da Rocha, Prefeito Municipal de Marabá Paulista, imputando-lhe a prática do crime previsto no art. 1º, XIV, do Dec.-lei nº 201, de 1967<sup>1</sup>, posto que o alcaide se quedou inerte, malgrado intimado pessoalmente em 30.03.2011 a informar ao juízo local sobre as providências

---

<sup>1</sup> Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: ... XIV – Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente; ...

atinentes ao pagamento do Ofício Requisitório nº 44/2010.

Exato um ano depois, em 30.03.2012 a d. autoridade policial expediu ofício ao Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista solicitando informações a respeito do eventual cumprimento da determinação judicial proferida nos autos do Proc. nº 483.01.2002.004128-4 (C. 1112/2002), bem como esclarecimentos acerca do Ofício Requisitório nº 44/2010 (fls. 51).

Em resposta, veio ofício do referido procurador jurídico dando conta de que o débito fora quitado em três parcelas mensais, a última vencida em 29.07.2011, sendo extinta a execução da sentença daquele processo (fls. 55).

Ato contínuo, ouvido o Prefeito Municipal, este esclareceu que o ofício requisitório em questão se referia a precatório de pequeno valor, pago em atraso devido às sérias dificuldades financeiras enfrentadas pela Prefeitura, mas após a requisição judicial celebrou-se acordo com o devedor, homologado judicialmente e cumprido, sendo quitado o débito em três parcelas de R\$1.309,61, vencidas e pagas em 31.05.2011, 30.06.2011 e 29.07.2011 (fls. 65).

Tais valores e datas, bem como a quitação do débito, estão documentalmente provadas pelas notas de empenhos dos montantes (fls. 67, 70 e 73) e pelas declarações de recebimento subscritas pelo credor (fls. 68, 71 e 74).

Ao fim, a d. Procuradoria Geral de Justiça pugnou pelo arquivamento dos autos (fls. 57-88).

É o relatório.

2. Pelo que dos autos consta, a decisão judicial foi devidamente cumprida pela Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, de forma que não restou configurada a prática do crime previsto no art. 1º, XIV, do Dec.-lei nº 201, de 1967.

Embora não tenha determinado o pagamento do ofício requisitório de forma imediata, conforme lhe competia, o Prefeito Municipal demonstrou ter atendido, ainda que tardiamente, o quanto determinado naquela decisão, apresentando justificativa crível para o atraso.

E como a infração imputada é punível somente a título de dolo, não se verificando este, pelo que dos autos consta, não há que se falar em crime, até o momento.

Assim, não vislumbrando elementos suficientes que configurem fato criminoso na conduta atribuída ao Prefeito do Município de Marabá Paulista, ainda que irregular e merecedora de censura, a presente representação criminal deve ser arquivada.

Com rigor formal, portanto, a d. Procuradoria Geral de Justiça fundamentou a sua conclusão pelo arquivamento.

Como sabido, ressalvada a superveniência de fatos novos, é inafastável a solução do Ministério Público.

3. Pelo exposto, homologa-se a determinação de arquivamento, com a ressalva acima.

**João Morenghi**  
**Relator**

*mms*